

-----ATA N.º 11 -----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos 29 dias do mês de outubro de 2020, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Proposta n.º 22/AM/2020 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 53/CM/2020 - Apreciação das Contas Intercalares da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - 1.º Semestre 2020; -----
- 3 - Proposta n.º 54/CM/2020 - Autorizar a realocação de valores - Empréstimo de médio prazo para financiamento de intervenções na rede viária municipal até ao montante de € 1.685.000,00; --
- 4 - Proposta n.º 55/CM/2020 – Delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras; -----
- 5 - Proposta n.º 56/CM/2020 - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2020 a cobrar em 2021, a que os municípios têm direito em cada ano;-----
- 6 - Proposta n.º 57/CM/2020 – Autorização à Câmara Municipal de Torres Vedras, para lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2021, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;-----
- 7 - Proposta n.º 58/CM/2020 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2020 a cobrar em 2021; -----
- 8 - Proposta n.º 59/CM/2020 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2021, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas; -----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, -, Maria Leonor Marques Marinheiro, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos,

António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Ana Isabel Ferreira Brandão, Celso Jorge Carvalho Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques e Secundino Campos Ferreira. -----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia. -----

-----O **presidente da Mesa** como nota prévia e no sentido de arrumar o plano de trabalhos, informou que a Câmara Municipal apresentou 4 pedidos de aditamento, sobre os quais contactou previamente os líderes dos grupos municipais, não tendo sido colocada nenhuma objeção quando aos 3 que respeitam a autorização da repartição de encargos. Relativamente à autorização para a concessão do direito de uso privativo de espaço público, que já quando em novembro de 2019 veio à Assembleia Municipal suscitou uma questão e que agora que a Câmara Municipal pretende repor o concurso da concessão, voltaram alguns líderes a suscitar a mesma questão, sendo entendimento que para anuírem, exigem que haja um compromisso que a receita em causa seja destinada às freguesias, sobre o qual o edil se irá pronunciar e que depois colocará ao plenário para a devida admissibilidade à ordem de trabalhos. -----

-----Prosseguiu dando nota que o edil também se irá pronunciar sobre o ponto 4 da ordem de trabalhos – Delimitação de ARU do Concelho de Torres Vedras - e que há 2 documentos que chegaram hoje da Câmara, que foram distribuídos a cada um dos membros da Assembleia Municipal antes da sessão: Balanço 6 meses do Programa Municipal de apoio extraordinário no âmbito do COVID – 19 e o Relatório atual da situação COVID – 19. -----

-----Assim, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que desde logo agradeceu a anuência da Assembleia Municipal para poder aditar estes pontos 4 pontos à ordem de trabalhos e no que diz respeito à concessão, informou que quando o concurso foi realizado não tinham qualquer previsão da crise pandémica que surgiu, tendo um conjunto de lotes ficado desertos e nesse âmbito tiveram que reformular todo o modelo, que inicialmente previa 300 abrigos de passageiros passando para 70 e agora após consulta ao mercado pensam que podem vir a ter concorrentes. -----

-----Face à matéria em questão lembrou que também assumiram o compromisso de desenvolver o projeto piloto em várias freguesias no que diz respeito às restantes competências no âmbito da legislação em vigor assegurando que, se o concurso ficar provido, o montante que o mesmo venha a gerar será repartido equitativamente pelas 13 freguesias do concelho. -----

-----Quanto à ARU, deu nota que ao dia de hoje o concelho tem delimitadas 6 áreas e na sua

gestão verificaram algumas incongruências entre elas que querem retificar, solicitando **a anuência do presidente da Assembleia Municipal para suspender o agendamento deste assunto e que o mesmo seja presente à sessão ordinária de novembro** para tratarem dos tramites necessários para que haja uniformidade de critérios entre todas, para ser presente novamente ao Executivo e depois ao Órgão Deliberativo.-----

----O **presidente da Assembleia** disse que as questões que estavam previstas foram, no seu entendimento, esclarecidas, congratulando-se com este pedido.-----

----De seguida foram colocadas algumas questões pelos deputados municipais Rita Sammer, Pedro Castelo e Pedro Vasa, relativas às competências da autarquia e das juntas envolvidas no processo concursal e quanto ao projeto piloto referenciado, que foram respondidas pelo edil, tendo de seguida sido colocado à admissibilidade do plenário os seguintes assuntos que obtiveram a **anuência de todos os presentes**:-----

1 - Autorização para repartição de encargos:-----

----1.1 - Empreitada para execução do polo social e cultural – espaço expositivo e de trabalho – par.04 – concurso público;-----

---- 1.2 - Construção da variante de A-dos-Cunhados;-----

----1.3 - Empreitada para construção da ponte na Av. Monsenhor José Fialho em A-dos-cunhados (substituição de ponte sobre o rio Alcabrichel) – concurso público; e-----

2 - Autorização para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários e fixar as respetivas condições gerais – concurso público-----

----Período aberto à intervenção do público:-----

RUNA:-----

----O **cidadão Hermínio Saraiva** começou por agradecer a todos os presidentes de junta por defenderem a democracia neste país e pelo esforço que fazem, e a esse propósito deu os seus parabéns ao autarca da Ponte do Rol por o ter visto num sábado a tirar entulho da estrada.-----

----Continuou dizendo que vinha ao plenário falar de Runa, que tem 497 anos de história como freguesia e dar voz por uma associação não organizada que se chama “Ação Cívica” que tenta abrir o caminho para que Runa volte a ter dignidade e ser dona dos seus destinos, deixando a sugestão que se unam e criem um grupo que englobe o presidentes de junta e a câmara municipal para encontrar soluções nesse sentido.-----

----Por último e tendo em conta que foram extintas 1800 freguesias mas agora só querem retomar 660 defendeu que alguma coisa está errado e alguém tem que se levantar, os munícipes também têm que intervir e não só deixar que os outros o façam, deixando este repto a todos os presentes.-

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSOCIAÇÃO DE CIDADÃOS AMIGOS DA UNIDADE DE SAÚDE ARANDIS “A CAUSA” -----

-----O cidadão **Joaquim Manuel Moedas Duarte**, apresentou-se ao plenário como representante da associação de utentes de saúde em título a qual se constituiu oficialmente por escritura pública em 17/05/2019 e que tem os seguintes objetivos: promover e apoiar iniciativas de caráter cultural e social, que visem a criação de melhores condições de acesso ao direito à saúde dos doentes, e de todos os utentes da USF Arandis; participar, como órgão consultivo, na definição das orientações da política de saúde da USF Arandis; colaborar num serviço de voluntariado, tendo em vista o apoio humanitário ao utente carenciado e colaborar com todas as pessoas singulares ou coletivas, com vista ao máximo aproveitamento de todas as potencialidades tendentes à melhoria do nível de saúde. -----

-----Também deu nota que em devido tempo informaram os órgãos autárquicos da sua existência e de alguns deles, receberam palavras de incentivo e convite à participação em ações concretas relacionadas com a saúde pública. -----

-----Acrescentou que a associação tem seguido com atenção as intervenções nesta Assembleia Municipal que têm sido feitas sobre problemas da saúde no concelho, e por outro lado receberam queixas e informações sobre o que se vai passando no Centro de Saúde de Torres Vedras sendo essa a razão da vinda aqui hoje, pois entendem que devem partilhar com os autarcas torrienses e com toda a comunidade as preocupações que lhes são comuns neste momento social da crise pandémica que vivem. -----

-----Nesse sentido deu nota que a preocupação maior neste momento, tem a ver com o sistemas de comunicação telefónica e informático no Centro de Saúde de Torres Vedras, uma situação que é inadmissível, pois em plena pandemia as autoridades públicas de saúde dizem às pessoas para não irem ao centro de saúde e telefonarem, sabendo que não há telefonista para atender oferecendo um simples número para um universo de milhares de utentes, apresentado o sistema informático o mesmo calvário. Já disseram que as soluções para estes problemas estão a caminho, mas só acreditam quando as virem concretizadas. -----

-----Continuou assinalando que do ponto de vista da associação, estes problemas resultam do não investimento por parte do poder político em meios técnicos e humanos que respondam às necessidades atuais. Têm seguido o trabalho dos profissionais da saúde, que têm feito milagres apesar da falta de condições técnicas à altura e também que foi possível à autarquia construir rapidamente instalações de ampliação deste equipamento para responder aos problemas da COVID-19, pelo que apelam para que se encontre rapidamente uma solução para os problemas técnicos dos telefones e sistema informáticos do Centro de Saúde de Torres Vedras, no qual se integra a USF Arandis. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**Período antes da ordem do dia.**-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.---

-----Anota-se que foram numerados 4 documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 1/10/2020 a remeter para conhecimento a pergunta feita ao Ministério da Educação, sobre as condições de abertura dos estabelecimentos de ensino no início do ano letivo 2020/2021.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Mail do Grupo parlamentar “Os Verdes”, de 7/10/2020, a remeter pergunta ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Economia e Transição Digital sobre a aceleração da implementação da estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2023, em contexto de descarbonização do país.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Mail de Marta Geraldes, de 27/10/2020, a pedir a sua substituição no dia 29 de outubro devido a motivos familiares que a levam a deslocar-se dentro do território nacional mais cedo devido à limitação de circulação imposta pelo governo.-----

-----Foi substituída por Secundino Oliveira que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Mail de João Pedro Gomes de 26/10/2020, que pelo facto de não se encontrar no concelho de Torres Vedras, no dia 29 não lhe será possível comparecer à sessão, solicitando a sua substituição pelo membro do CDS-PP que o precede na lista de candidatos, Cristina Henriques.---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida

-----Foi também dado conhecimento à assembleia que em substituição do presidente de Junta da União das Freguesias de Dois Portos e Runa João Tomaz estava presente Ana Brandão.-----

CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Relativamente ao problema dos telefones do centro de saúde o **presidente da Assembleia**, aproveitou a intervenção do cidadão para dizer que numa sessão anterior, o plenário manifestou disponibilidade para se quotizarem se o problema fosse falta de verba, e que receberam carta do Diretor Executivo do ACES Oeste Sul dizendo que o problema não é financeiro e que está em vias de ser resolvido, congratulando-se o presidente da mesa que o problema não seja financeiro.-----

-----No seguimento desta intervenção a *deputada municipal Rita Sammer* disse que era

importante não desfocar este problema, do problema central que é a questão dos médicos de família, pensando que a questão da central telefónica é fundamental porque mostra que há pessoas que estão a ficar para trás, mas também há outras que nem sequer têm para quem telefonar e se consultarem o *site* do SNS, na transparência, verificam que no Aces Oeste sul, o número de utentes em médico de família continua com valores absolutamente incompreensíveis, e assim o problema em Torres Vedras está longe de estar resolvido.-----

-----Acrescentou que o PSD por duas vezes fez uma proposta para a criação de um regulamento para incentivos à fixação de médicos de família, que foi chumbada pelo PS, apelando a que cada um não deixasse de fazer a sua parte na resolução deste problema.-----

-----Sobre a falta de médicos de família o **presidente da Câmara** assinalou que foi a herança que recebeu de 2015 em que o concelho contabilizava cerca de 30 mil torrienses sem médico de família, e se hoje são cerca de 10 mil, ainda é muito, sendo forçoso continuar a trabalhar todos os dias para melhorar este indicador que é determinante para a qualidade de vida de todos os torrienses e para a sua saúde.-----

----- Aproveitou para dar nota que as vagas que foram abertas neste período foram todas preenchidas e assim paulatinamente vão resolvendo a situação que ainda não é o ideal mas, esse trabalho está a ser endereçado e mostra que os médicos, após a sua formação, procuram Torres Vedras para continuar a sua carreira.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COVID-19 – PONTO DE SITUAÇÃO:-----

-----O **presidente da Câmara** pediu a palavra para em, nome do Delegado de Saúde Pública do Concelho, Dr. Nuno Rodrigues, pedir desculpa de não poder estar presente para fazer o ponto de situação do combate à pandemia no território pois está a trabalhar com a sua equipa.-----

-----Depois e nesse âmbito, deu nota que teve início o ano letivo, fruto de um trabalho conjunto entre a autarquia, a comunidade educativa e a delegação de saúde para o qual contrataram um médico de clínica geral para fazer a ponte entre as várias escolas, e que foi criada uma plataforma informática “Report Covid - Escolas de Torres Vedras”, em que as escolas podem identificar e rastrear com rapidez casos suspeitos da COVID-19, antecipando medidas que evitem a transmissão em meio escolar e na comunidade.-----

-----Deu também nota que ao dia de hoje têm uma escola encerrada, a Básica de Campelos e 9 turmas em isolamento profilático e que têm vindo a fazer testagem nos lares, que envolve um trabalho muito assertivo nesta faixa da população que é mais vulnerável para estarem devidamente capacitados neste combate.-----

-----Referenciou o Programa Municipal de Apoio Extraordinário no âmbito da combate à COVID-19 com 39 medidas, para transmitir com grande orgulho que apenas falta aprovar duas medidas que

são da competência da Assembleia Municipal, que releva de extrema importância pelo impacto financeiro que vai ter nas famílias e também no orçamento da Câmara Municipal referindo-se à redução do IMI de 0,4 para 0,35, assim como a isenção da derrama para empresas que faturem até 150 mil euros. -----

-----Manifestou-se extremamente preocupado com a situação pandémica no país tendo em conta que no dia 29 de outubro se registou o maior número de casos positivos 4224, tendo Torres Vedras 103 casos positivos e 17 mortes a lamentar, apresentando as suas condolências às famílias. Referiu ainda que têm que estar atentos e cumprir as medidas que vão sendo implementadas a curto prazo e devem também estar atentos às resoluções do Conselho de Ministros, com a consciência que a situação é complexa, agradecendo desde já aos 13 presidentes de junta do concelho a preparação que foi feita tendo em vista o Dia de Finados. -----

-----Prosseguiu assinalando que foi criada uma plataforma ao nível dos serviços hospitalares dos espaços que os hospitais têm disponíveis para acolher internamentos de doentes com COVID-19, uma ferramenta importante para o concelho, atento o facto de o Hospital e Torres Vedras ser de referência para o Oeste, mas já ter recebido para internamento pessoas de outros territórios. -----

-----Como nota de extrema importância no que diz respeito à vacinação para a gripe de pessoas com mais de 65 anos, informou que estão a ser ministradas nos centros de saúde do município e também nas farmácias através de um acordo que autarquia celebrou com a Associação Dignidade para acelerar o processo. -----

-----Outra nota que quis deixar ao plenário prende-se com o facto de hoje mesmo o Conselho Europeu ter definido um conjunto de medidas importantes para toda a Europa, quer com a implementação dos testes rápidos, que em Portugal ficarão disponíveis a partir do dia 9 do próximo mês, mas também a utilização de plataformas informáticas que visam municiar o cidadão com toda a informação disponível. A par disso já celebrou contratos com algumas farmacêuticas, permitindo assim que os países possam avançar com os seus planos de vacinação assim que a vacina contra o COVID-19 seja aprovada. -----

-----Ainda no âmbito da pandemia fizeram algum trabalho relativamente ao Carnaval, edição especial de 2021, a nível da rede de carnavais do centro de Portugal, onde estão incluídos, tendo reunido e decidido por unanimidade cancelar os desfiles de carnaval e também reuniu com as associações carnavalescas do concelho, tendo ficado acordado elaborar um programa sobre o qual DGS, durante o mês de novembro se irá pronunciar. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* aludiu à plataforma “Report covid - Escolas de Torres Vedras”, para reconhecer o interesse e o valor desta medida que a Câmara Municipal implementou, assim como o facto de ter contratado um médico que faz a ponte entre as várias escolas e a autoridade de saúde que se revelou uma medida inteligente e acertada que reputam

de muito positiva, realçando o trabalho incansável do Dr. Ricardo Sá e Dr. Nuno Rodrigues.-----

-----Aproveitando a intervenção do edil deixou a proposta da replicação desta plataforma para os lares e para os centros de dia, lembrando que há data as escolas ainda não são locais de transmissão ativa, mas os lares são e uma plataforma que fizesse a ligação direta entre os lares e a autoridade de saúde, com a contratação de um médico ou de um enfermeiro especializado era uma mais-valia. -----

-----A propósito do hospital de Torres Vedras ser de referência para a COVID-19 questionou como está a questão da Unidade de Cuidados Intensivos. -----

-----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** disse que a intervenção do presidente da Câmara, foi um pouco contraditória, se atentarem que no início tentou colocar o plenário perante a gravidade da situação, mas depois teve uma intervenção desconcertante, contraditória e infeliz, a propósito do Carnaval. -----

-----Acrescentou que é folião, sabe que o Carnaval faz mexer a economia e é um evento muito importante para o concelho, porém o edil foi infeliz quando, há cerca de 10 dias para terem algo em rodapé nas televisões, disse que iriam ter ações pontuais do Carnaval, quando já se antevia, pelo crescente dos números, um novo confinamento. Referiu que não foi o momento correto, e sendo o Carnaval de Torres Vedras caracterizado pela espontaneidade os torrienses virão para a rua brincar se for possível nessa data, como espera. -----

-----Dirigindo-se ao presidente da câmara o *deputado municipal* **Nuno Henriques** fez notar que se na Primavera o ouviram muito nervoso sobre a questão da COVID-19 e de algum modo ansioso, hoje parece que encontrou o rumo, dizendo que nem tudo é perfeito e e que gostou de ver essa humildade, sem a tal arrogância de quem percebe tudo e assim com esta atitude acha que estão no bom caminho, porque entende que estão sempre a aprender. -----

-----Continuou dizendo que o relatório atual da situação COVID-19 é um documento bastante positivo, ficando a faltar a informação quinzenal.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse ter gostado da intervenção do edil sobre a pandemia, em que se mostrou confiante mas também atento ao futuro que promete não ser fácil.--

-----Aproveitou para dizer que o inquietou o facto de ter sido escolhido um tema para o Carnaval 2021 como resultado de reunião entre a Câmara Municipal, Promotorres e algumas associações carnavalescas que posteriormente se manifestaram-se publicamente contra a escolha de um tema, sendo um dos motivos alimentar as expetativas das pessoas tendo em conta que a espontaneidade que caracteriza o Carnaval de Torres Vedras possa fazer que desde já haja uma preparação em função do tema escolhido.-----

-----Assim, questionou se não seria melhor por uma questão de prevenção, repensar se o Carnaval de Torres Vedras deveria ter um tema em função de não alimentar expetativas.

-----Relativamente à plataforma “Report Covid - Escolas de Torres Vedras” o *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que lhe suscita desde logo dúvidas a questão da proteção de dados, no sentido de saber se as pessoas que os vão tratar estão devidamente identificadas. -----

-----Aludiu à tradição do dia 1 de novembro - Pão por Deus - para salientar que é igualmente importante não esquecer que na noite anterior também já se vem consolidando uma outra tradição, a chamada noite de Halloween e há que dar o mesmo tratamento a ambas as situações.

-----Terminadas as intervenções sobre este assunto e para alguns esclarecimentos adicionais pediu novamente a palavra o **presidente da Câmara**, que no tocante à questão da plataforma a nível das unidades ligadas ao setor social, informou que faz parte de um projeto que está a ser desenvolvido ao nível da rede social concelhia em estreita cooperação com o Delegado de Saúde do Concelho, Ministério da Tutela, Instituto de Segurança Social e Ministério da Saúde.-----

-----Sobre a UCI informou que após reunião com o secretário de estado da saúde sobre este assunto, foi decidido criar um grupo de trabalho que engloba elementos da Câmara Municipal, administração do CHO e o Coordenador Nacional das UCI. -----

-----No que se refere às alusões ao tema do Carnaval edição de 2021, frisou que atuaram no sentido de equacionar um programa seguro para o qual há um conjunto de ações que têm que ser planeadas e que o tema escolhido “máscara” foi feliz porque faz uma grande homenagem a todos aqueles que estão na primeira linha no combate à COVID-19. -----

-----Acrescentou que o vídeo promocional do evento foi produzido e realizado por torrienses e traduz uma forte mensagem que é importante, nestes momentos mais difíceis que é ter capacidade de reinventar, na certeza que os torrienses sendo pessoas responsáveis, tomarão medidas quando for necessário, salvaguardando a saúde e a segurança de todos e assim também fazer com que o Carnaval de Torres Vedras seja uma das referências a nível nacional. -----

-----Sobre a alerta feito pelo deputado municipal Sérgio Jacinto sobre o Halloween, informou que nos últimos anos só uma associação da Soltaria celebrava esta data, que este ano não se vai realizar e não têm qualquer outra referência.-----

-----Pede novamente o uso da palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, que sobre a resposta sobre o tema do Carnaval edição 2021, esclareceu que não disse que teria sido ou não uma feliz escolha, apenas perguntou se achava oportuno ter um tema, baseando-se nas associações carnavalescas que tiveram a mesma opinião. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTRODUÇÃO DE PONTO COVID-19: -----

-----No seguimento da intervenção do edil o **presidente da Mesa** sugeriu que em futuras sessões se fizesse a introdução na ordem de trabalhos de um “ponto COVID-19” para melhor gestão do tempo.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, disse que ao PSD a sugestão parece acertada lembrando que receberam ao final da tarde dois documentos que importava poder discutir e não houve tempo para preparar a sua apreciação, para além de não perceber qual é o objetivo de os entregar a esta hora. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* na sequência do que disse a colega Rita Sammer e também porque o Executivo Municipal fez aditar 4 pontos, disse hoje ser o momento indicado para se incluir um ponto sobre a COVID-19. -----

-----O **presidente da Mesa** fez notar que aditar esse ponto a esta reunião não resolve o problema que a colega colocou, que era poder antecipadamente estudar estes relatórios e então proceder à sua discussão, remetendo o assunto para a próxima reunião da comissão permanente. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTAMOS A VIVER UNS LOUCOS ANOS VINTE: -----

-----A *deputada municipal Rita Vilela* fez a seguinte intervenção:-----

-----“Estamos a viver uns loucos anos vinte. E infelizmente não de todo pelas melhores razões. 2020, ficará inevitavelmente na memória de muitos como o *annus horribilis*. O ano em que mais do que nunca compreendemos que nem todo o dinheiro ou poder do mundo nos consegue salvar da desgraça nos bater à porta. Porque no que toca à fragilidade da saúde, somos iguais. Foi o ano em que mais do que nunca me fez ter orgulho do “tuga” enquanto nação. Que dentro do pouco que tem e do sacrifício que possa passar, nunca hesita na hora de ajudar quem precise. -----

-----2020 é SARS Cov 2. É Covid 19. Mas não esqueçamos que 2020 foi o ano em que vimos o maior campo de refugiados da Europa atingir a sua sobrelotação, e ser devorado pelas chamas no meio de uma das maiores crises pandémicas que há memória. E enquanto milhares de pessoas sem Pátria ficavam ainda mais perdidas, os líderes dos Estados mais poderosos da Europa fingiam nada ver. Em 2020 vimos uma brasileira, ser assaltada e agredida, com uma tentativa de esfaqueamento à mistura, dentro da sua própria casa por ser uma modelo transexual. Vimos um país desenvolvido, boicotar o direito a abortar às suas cidadãs, quando no ano passado 1074 dos 1100 abortos feitos deveram-se a malformações do feto. O mesmo país que se sente no direito de criar áreas free-gay, como que se estivéssemos a falar de doença. -----

----- É o ano em que estamos a ver uma das maiores Nações do Mundo a lutar pela sua identidade social. Foi sobretudo o ano em que vimos uma pessoa morrer debaixo do joelho de uma força de autoridade, e o primeiro instinto de muitos foi afirmar que de certeza que ele tinha feito algo que justifique...pergunta, há alguma coisa que justifique desumanidade?-----

----- E se acham que isto só acontece fora de portas... Relembro-vos que 2020 foi o ano em que vimos um português morrer na ponta de arma de outro, tão meramente pela cor da sua pele... 2020 foi o ano em que condicionámos as vítimas na mesma casa que os seus agressores, e que

rapidamente nos apercebemos que pouco ou nada podíamos fazer por elas. Que em Junho de 2020, o Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI partilhou que recebeu em 2019 em Portugal 171 denúncias por parte das vítimas, sendo metade delas “crimes ou incidentes de ódio”.

-----E não foi em 2020, mas 2019, que assustadoramente abriram as portas da Assembleia da República a um programa eleitoral contendo estes pontos: -----

----- O fim da promoção, pelo Estado, de incentivos e medidas que institucionalizem os casamentos entre homossexuais e a adoção de crianças por “casais” homossexuais – no postulado que não compete ao Estado, nem entrar na casa das pessoas, e, muito menos, nas suas “camas”, sem embargo de assegurar a liberdade, individual e consentida, de cada um se relacionar, como quiser, com quem entender; -----

----- Extinção do Ministério da Educação; -----

----- A proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino; -----

----- O fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género no sistema nacional de educação, colocando-se termo à aplicação das orientações da ONU relativamente às chamadas “questões psicológicas de transtorno de identidade de género”; -----

----- Fim da disciplina “Género e Cidadania” por ser inconstitucional, uma vez que assenta todo o seu conteúdo nas chamadas questões de género, matéria relevando exclusivamente do foro ideológico pois que consabidamente destituída de qualquer fundamentação científica; -----

----- A necessidade da reavaliação do interesse efetivo da nossa presença na ONU; -----

----- Redução do texto constitucional aos seus preceitos essenciais; -----

----- Oposição frontal à tipificação do chamado “crime de ódio” na lei penal portuguesa; -----

----- A nacionalidade portuguesa deve ser atribuída prioritariamente a descendentes de portugueses; -----

----- Publicação de dados sobre nacionalidade e origem nas estatísticas de delitos; -----

----- A imigração será encarada tendo em conta as necessidades da economia portuguesa bem como a capacidade do imigrante para se integrar, -----

----- Abolir as autorizações de residência para a chamada “proteção humanitária”, como meio de segurança nacional disponível para aqueles que não são elegíveis para o “Estatuto de refugiado”;

----- Os refugiados não poderão obter nacionalidade portuguesa nem residência, mas sim uma autorização em forma de título precário de refugiado, enquanto o seu país de origem se mantiver em situação guerra; -----

----- Rejeição do multiculturalismo e de qualquer política pública nele fundamentado caso, por exemplo, das discriminações positivas com base étnica, cultural ou religiosa. Será suscitada a inconstitucionalidade de tais práticas. -----

----- 2020 é o ano que nos está a obrigar mais do que nunca a olhar para dentro, perceber quem

somos, e que marca queremos deixar no mundo. E a fragilidade que podia ter feito de todos nós pessoas manifestamente melhores, foi também dos anos que trouxe ao de cima os problemas mais viscerais da nossa sociedade. Se ser tuga é ser o primeiro a ajudar, quero viver num país em que ser português seja sinónimo de nos rebelarmos pelo que está errado. Queria saber que daqui uns anos na raça do ser português esteja aceitar. E que finalmente reconhecemos que desde 1976 que a Constituição da República Portuguesa prevê que “ 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”. -----

----- Assim, queria destacar que no passado sábado, dia 24 de outubro, assinalou-se o Dia Municipal para a Igualdade, sendo o 10.º ano que os municípios são desafiados à celebração deste valor essencial à continuidade da Humanidade. Este ano, pela primeira vez desde que em 2015, em sede de reunião do executivo se definiu o Plano Municipal de Igualdade, a Covid-19 impediu a ocorrência da habitual semana de eventos para assinalar a data e exortar este valor essencial. Que alegria é viver num município que compreendeu desde cedo a importância da preservação e difusão destes valores. No entanto, e, como em 2020 nem tudo são más notícias, importa destacar a criação no nosso território da IPA - Associação para a Promoção da Igualdade, nascida no passado dia 31 de julho de 2020, e que reúne ao momento 40 conterrâneos preocupados com a preservação destas temáticas. E é a esta Associação, em parceria com as nossas três Comissões Sociais de Freguesia (interior, centro e litoral), que devemos o assinalar da data este ano com a elaboração de murais, com a assinatura da talentosíssima artista torriense, Madalena Bastos, em três pontos do nosso concelho. Hoje arrancou o projeto, e coube às crianças de Campelos pegar num pincel e começar a desenhar o mundo mais igual em que querem viver. --

----- Como se eternizou neste mural: “Somos todos diferentes e é isso que torna o Mundo tão bonito.”. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FALTA DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NO HOSPITAL DE TORRES VEDRAS: -----

-----Reportando-se ao assunto em título *o deputado municipal João Rodrigues* disse que com a pandemia os profissionais de saúde têm sido sobrecarregados, colocando em risco a sua própria saúde para proteger os outros e que sendo este um problema grave o suficiente avizinhou-se um outro, que era dispensável. -----

-----Várias são as queixas de médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, entre outros, os quais vão para o seu trabalho completamente exaustos, devido a turnos excessivos, continuando a realizar um excelente trabalho a favor da saúde pública, e têm ainda, de se preocupar com o lugar

onde poderão colocar o seu carro, pois não há lugares disponíveis no parque do hospital devido às instalações provisórias ali colocadas e como tal, são obrigados a estacionar nos parques da periferia, que são pagos, não tendo tempo de renovar o pagamento do estacionamento, sendo inúmeras as multas passadas, e para além dos salários baixos que recebem, veem o seu rendimento a ser diminuído com estacionamento e multas. -----

----Assim o BE considera que não faz sentido, continuar com este constrangimento que é muito facilmente solucionado pela Câmara Municipal. Os trabalhadores sentem-se frustrados e ainda mais stressados graças a esta situação sendo que, muitos deles, saem de sua casa horas antes para obter lugar de maneira a evitar encargos adicionais, e aproveitou para lembrar que este tema já foi anteriormente suscitado por esta força partidária e foi completamente ignorado, tendo a resposta sido que seria encontrada uma solução, mas até não se verificou qualquer alteração. ----

----Deste modo, colocam novamente a questão, agora com mais relevância devido à pressão a que os profissionais de saúde estão sujeitos e questionam qual a solução da Câmara Municipal. ---

----O **presidente da Câmara** informou que já encontraram uma solução para resolver o problema da falta de estacionamento no interior do hospital, e que na próxima semana o local irá ser pintado fruto da cooperação havida para o efeito com o CHO, a autarquia e o Lar de S. José. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VOTOS DE FELICITAÇÕES - CICLISMO:-----

----O *deputado municipal Rui Lopes* apresentou um voto de felicitação a Ruben Guerreiro e Rui Almeida, 2 portugueses que os fizeram seguir o ciclismo na televisão e também felicitou o concelho por ter novamente recebido a chegada da volta à Portugal, passados 63 anos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OFERTA CULTURAL NO CONCELHO:-----

----O *deputado municipal Rui Lopes* interveio no sentido de realçar o trabalho do Executivo Municipal na retoma da oferta cultural, feito de uma forma prudente mas com resultados dignos de destaque, referindo-se concretamente ao “Largo Co(n)vida 2020” e ao “Bang Awards”.-----

---- Destacou também a reabertura no passado dia 24 deste mês da Fábrica das Histórias que recentemente recebeu obras de renovação, aproveitando para assinalar que um dos projetos que nasceu nessa fábrica, em 2014, “No coração da minha infância” foi no passado dia 20 distinguido com o prémio “Cidades Educadoras 2020”, pelas boas práticas de inclusão e democratização da cultura, que consistiu na recolha das memórias de infância de diferentes seniores das freguesias rurais, numa abordagem intergeracional que promoveu a solidariedade e a convivência entre 2 segmentos da população que infelizmente, cada vez mais, estão separados.-----

----Destacou igualmente o filme “Living together” que foi premiado em 2.º lugar na categoria de destinos turísticos no Art&Tur - Festival Internacional de Cinema de Turismo realizado em 23/10. --

-----Por último saudou o ciclo de concertos “Menina está à janela”, iniciativa que envolveu 204 seniores levando música a 4 lares do concelho de Torres Vedras, expressando um bem-haja a todos os que contribuíram para a sua concretização. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* manifestou o seu agrado pela retoma assinalada e aproveitou para dar nota que na passada semana se realizou um congresso no âmbito da Capital Europeia da Cultura Leiria 2027 com o tema “O futuro da nossa cidade” onde esteve presente na plateia a vereadora mas gostaria que tivesse estado presente o edil, na sua abertura, pois marcaram presença de forma digital quase todos os 26 autarcas a dizer um verso do antigo ministro da cultura e poeta Castro Mendes, lembrando que o município de Torres Vedras é o segundo em termos de investimento nesta candidatura e portanto se há tantas preocupações é preciso mostrá-lo. -----

-----O *presidente da Câmara* agradeceu as palavras do deputado municipal Rui Lopes e no que respeita à intervenção do deputado municipal Nuno Henriques disse ainda não tem o dom de estar em dois locais na mesma altura e neste em concreto, estava em representação do município em Viseu no Festival Art&Tur, tendo delegado na vereadora da cultura a presença no congresso, mas esteve no concerto de encerramento no Centro Cultural de Caldas da Rainha sendo o único presidente de Câmara que lá estava. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PLANO DE PREVENÇÃO AO COMBATE DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS: -----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* questionou a razão de não ter sido disponibilizado ao plenário, nos últimos 3 anos, o relatório do plano em título, o qual é obrigatório por lei. -----

-----Sobre este assunto o *presidente da Câmara* disse que têm que fazer mais e melhor e os serviços trabalham diariamente com essa meta. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* lembrando que a Assembleia Municipal é fiscalizador da atividade do Executivo, apelou ao presidente da Assembleia que fizesse os seus bons ofícios junto do Executivo Municipal para que o plano em questão seja elaborado. -----

-----O *presidente da Assembleia* disse ter tomado a devida nota e dará depois informação do que apurar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

NOVO ANO LETIVO:-----

-----A *deputada municipal Leonor Marinheiro* interveio no sentido de expressar a sua perceção relativamente à sua vivência e experiência como professora de um agrupamento escolar do município de Torres Vedras. -----

-----Assim anotou que as crianças e jovens regressaram à escola com medidas restritas implementadas no contexto escolar. Sabem que as regras para o regresso foram rigorosas mas as

contingências verificam-se e são muito preocupantes, não obstante medidas como ciclos de ensino divididos por turnos, desinfeção dos espaços com regularidade, obrigatoriedade de uso de máscara, tapetes desinfetantes, álcool gel, sinalização para a circulação entre muitas outras, salientando, no entanto que, medidas como o distanciamento não se verificam em contexto de turma, assim como os transportes escolares não o garantem, acrescentando a falta de assistentes operacionais, quando têm que se ausentar e a impossibilidade de mobilidade interna por prevenção, o que coloca em causa todo um desejável bom funcionamento das escolas. -----

-----Por outro lado congratulou-se por pertencer a um município que está sempre presente e consciente dos constrangimentos provocados pelo surto pandémico, evocando a sua decisão de proceder à distribuição de alguns utensílios fundamentais nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo, assim como máscaras nas saídas oficiais e ainda a contratação de um medico já aqui referido, no apoio médico escolar através da plataforma “Report Covid” . -----

-----Compreende que o tempo é de agir com o que é possível fazer e controlar endereçando um agradecimento à Câmara Municipal pelas iniciativas realizadas, mas não esquecendo que cabe também a cada um contribuir para, unidos serem cuidadores e protetores uns dos outros.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a intervenção. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EN9: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se à sessão anterior em que falaram de algumas incorreções que a Infraestruturas de Portugal ainda tinham de colmatar, uma delas o abrigo junto à Aldeia de Nossa Sra. da Glória, tendo na altura o edil referido que esta entidade estava ciente daquilo que era o desejo do município, questionando se já tem resposta. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que estão a afinar com a entidade os projetos para o restabelecimento do cruzamento com a estrada da Aldeia Nossa Senhora da Glória, assim como para a construção da rotunda com o cruzamento para as Carreiras, cujas obras serão efetuadas mais tarde. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUES DE AUTOCARAVANAS: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que foi confrontado por com um cidadão de Torres Vedras, auto caravanista, que lhe deu a conhecer um *site* nacional que indica o parque de autocaravanas de Runa com condições para as receber, mas que defrauda as pessoas por ainda não estar preparado, inquirindo se o edil não teme que afete, em termos de referência, os que existem no concelho, questionando para quando a resolução. -----

-----Sobre o problema apresentado o **presidente da Câmara** informou que estão em diálogo com a Águas do Tejo Atlântico para avançar com a ligação ao sistema de saneamento e que esta

matéria será um dos temas a abordar numa reunião que tem em agendada para o dia 12 de novembro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMBATE NO VALE DE RUNA – 1 DE NOVEMBRO 1810 – HOMENAGEM LOCAL ÀS TROPAS ANGLO-LUSAS:-----

-----O *deputado municipal Vale Paulos*, entregou à mesa um documento evocando os 210 anos do combate do Vale de Runa que faz no próximo dia 1 de novembro, através do qual questiona para quando está previsto o reconhecimento destes combates, únicos confrontos em território de Torres Vedras, para quando a urgente referenciação dos sítios aludidos na evocação, através de simples placas, lápides, ou memoriais em homenagem às referidas tropas, pois considera que é de elementar justiça divulgar à memória coletiva, este valioso património, correndo o risco que o tempo o apague definitivamente, sendo um dever da nossa geração preservar a memória para os nossos vindouros.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COLOCAÇÃO DE POSTES:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse ter reparado que na cidade de Torres Vedras têm estado a ser colocados uns postes com fios, mas ainda não percebeu a sua utilidade e o destino. -

-----Em resposta a esta interpelação o **presidente da Câmara** esclareceu que se tratam de fios para instalação de fibra no âmbito do projeto 4G das várias operadoras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENTRADA DA CIDADE – QUINTA DA MARVÃS:-----

-----Sobre o assunto em epígrafe o *deputado municipal Sérgio Jacinto* manifestou a expectativa de que ficasse uma entrada ampla e que possibilitasse que o entroncamento para a zona industrial da Cruz do Barro não fosse tão perigosa como é aos dias de hoje, questionando se a obra está concluída.-----

-----Relativamente à intervenção do recuo do muro nas Quinta das Marvãs, o **presidente da Câmara** informou que a obra está concluída, faltando fazer acerto entre a valeta e o betuminoso.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMITES DE VELOCIDADE:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de questionar acerca da velocidade junto das escolas e dos espaços escolares nas aldeias do concelho, e se, com a aproximação do período do inverno e das chuvas, não seria uma boa ideia limitar a velocidade máxima permitida nessas zonas.-----

-----O **presidente da Câmara** disse ter tomado a devida nota.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSPORTES PÚBLICOS:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, a respeito da reposição dos transportes públicos no concelho, deu nota que especialmente o TUT está com graves falhas, designadamente, ao fim de semana e isso não serve as populações. -----

-----Também sobre este assunto pronunciou-se a *deputada municipal Teresa Oliveira*, que atento o facto de o edil disse ter dito que tem estado a ter reuniões com alguém da Barraqueiro e que continuaria a ter, gostaria de saber se as carreiras foram melhoradas e se começaram a funcionar em pleno porque tem o *feedback* que o serviço permanece igual.-----

-----No que concerne à oferta em causa, **o presidente da Câmara** deu nota que ao dia de hoje têm cerca de 90% das carreiras restabelecidas e estão a envidar esforços para chegar a 100% resolvendo situações atrás de situações, apelando ao plenário que façam chegar ao seu conhecimento a hora e as carreiras em falta, para poderem melhorar o serviço. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE INFANTIL:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* deu nota que existe nas traseiras do Centro de Reformados, um pseudoparque infantil sem condições de ser utilizado, considerando curioso ter lá sido colocada uma placa para não utilizar por causa da COVID-19, dando nota ainda que está ao abandono há anos tendo inclusive reportado o assunto ao presidente de junta, mas continua igual.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Período da Ordem do dia:-----

1 - PROPOSTA N.º 22/AM/2020 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O primeiro secretário António Fortunato leu os dois votos que tinham sido entregues para discussão neste ponto.-----

VOTO PESAR – RUI PINHEIRO GOMES:-----

-----“Faleceu no passado dia 14 de outubro Rui Pinheiro Gomes, de Curvel, Carvoeira, com 82 anos.-----

-----Foi um grande agricultor, tendo fundado em 1970 a empresa Fruticampo – Sociedade Agrícola e Comercial de Frutas, comercializando frutas para o País e estrangeiro. Foi também dirigente da Adega Cooperativa da Carvoeira.-----

-----A seguir ao 25 de Abril foi uma das pessoas que mais se empenharam no desenvolvimento da sua Freguesia, Carvoeira, tendo feito parte da Comissão de Melhoramentos. -----

-----Foi Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira durante 3 mandatos consecutivamente após as primeiras eleições autárquicas democráticas de 1980 até 1989. Foram 9 anos de dedicação à causa pública, por amor à terra, justamente reconhecidos através da Medalha de Mérito Grau Prata, concedido pela Câmara Municipal em 2002.-----

-----Fez também parte dos órgãos concelhios do PSD.-----
-----A Carvoeira e o Concelho de Torres Vedras ficaram mais pobres com a partida de mais um homem bom.-----
-----O Assembleia Municipal de Torres Vedras endereça à sua família as mais sentidas condolências.-----
-----Grupo Municipal do PSD.”-----

VOTO PESAR – RUI PINHEIRO GOMES:-----

-----“Rui Pinheiro Gomes, natural da localidade do Curvel, nasceu a 30 de abril de 1938, o associativismo e a dedicação ao próximo marcam o seu percurso de vida.-----

-----Foi um empresário de sucesso e bastante respeitado na freguesia. Pós 25 de Abril, fez parte da comissão instaladora para a criação da Associação do Curvel, sua terra natal, e foi um dos principais impulsionadores, mais tarde fez parte da primeira direção da Associação.-----

-----Foi presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira, entre 1980 e 1989, Rui Pinheiro Gomes não tinha grande formação literária, mas tinha uma grande formação intelectual e humana. Foi sempre fiel aos seus princípios e valores, pondo sempre como seu objetivo principal a sua terra, a sua freguesia, as suas gentes.-----

-----Reconhecido como um dos maiores impulsionadores da criação da Associação do Curvel, esteve sempre ao lado da associação e dos seus dirigentes, até aos seus últimos dias de vida.-----

-----Na Junta de Freguesia marcou, com a sua visão e determinação, pela freguesia, nomeadamente na tomada de posição quanto aos baldios da Serra de S. Julião, que ainda nos dias de hoje, são uma grande mais valia para toda a freguesia. Na época, teve também a visão de apostar numa sede para a Junta de Freguesia, entre muitos outros feitos.-----

-----Rui Pinheiro Gomes, deixou-nos a 14 de outubro de 2020, ele que foi, é, e continuará a ser um exemplo da forma como se deve estar na vida e na política.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista de Torres Vedras, reconhece o valor de Rui Pinheiro Gomes, e a sua dedicação à vida política, deixando as condolências a todos os familiares e amigos.”-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* solicitou que este minuto de silêncio fosse extensível a todas as pessoas que faleceram por COVID-19, o que teve a anuência de todos os presentes, sugerindo que a Câmara Municipal institua dia de luto municipal no dia 2 de novembro, Dia dos Finados.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os votos em título e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

2 - PROPOSTA N.º 53/CM/2020 - APRECIACÃO DAS CONTAS INTERCALARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS SERVIÇOS

MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - 1.º SEMESTRE 2020:

-----Presente ofício número 5250, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020 a informar que foi apresentado ao executivo em sua reunião de 03/09/2020 informação da situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre do corrente ano, da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, que remetem tendo em conta as competências deste órgão. -----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que começou por relevar que estão perante um novo sistema referencial contabilístico agradecendo aos técnicos a elaboração destas contas, pois esta transição coloca todos perante um novo paradigma, quer do lado da Câmara Municipal quer dos SMAS e revelam um conjunto de rácios com solidez financeira de cada uma das entidades. Paralelamente relevou o facto de o prazo médio de pagamento na Câmara Municipal ser de 17 dias, um compromisso que fizeram para melhorar a prestação junto dos fornecedores e que num semestre atípico com a questão da pandemia faz jus às responsabilidades da autarquia no combate à COVID-19, que também continua a executar o seu plano de atividades, pelo qual agradeceu de forma efusiva a todos os trabalhadores que têm tido um papel importante na sua implementação. -----

-----Concluiu dizendo que estão num caminho certo, com um objetivo muito claro de servir os torrienses e dar mais qualidade de vida a todos eles assim como a futuros residentes. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o novo sistema contabilístico reflete-se um pouco nas contas, todavia iria reter-se num ponto que considera importante - impostos diretos – no IMI em sentido negativo e no IMT em sentido positivo que praticamente se anulam, existindo uma diminuição importante na derrama, cuja justificação dada na reunião técnica em relação ao diferencial substantivo entre 2019 e 2020, não achou muito plausível, -----

-----Em relação aos custos, também não ficou elucidado quanto ao aumento de verbas das transferências para associações sem fins lucrativos e para freguesias, assim como quanto ao acréscimo de €213 844, 58 para a OesteCIM, que os técnicos deram a entender que tinha a ver com uma participação adicional da Câmara Municipal em relação aos passes, questionando qual o valor alocado aos mesmos. -----

-----Manifestou igualmente dúvidas quanto ao aumento de transferências de verbas para a Promotorres que em relação a 2019 passou de €284.257,14 para €310.000,00, quase mais 50%, se tiverem em consideração que no primeiro semestre não se realizaram alguns eventos, mas realizou-se normalmente o Carnaval. -----

-----Por último e relativamente à questão dos aumentos dos consumos de água e eletricidade, não percebeu a justificação de resultar da transferência para município de algumas escolas, pensando que não terão sido assim tantas, ao que acresce o facto de terem estado praticamente confinados

no 3.^a trimestre escolar e assim o aumento água de 209 mil euros para 295 mil euros pareceu-lhe excessivo. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio*, salientou que estas contas dizem respeito ao 1.º semestre deste ano e todos sabem que o país nos primeiros seis meses fechou, reduziu a sua atividade, surgiram e agravaram-se problemas económicos e sociais e a autarquia também viu a sua atividade reduzida e muitas vezes teve que a redirecionar assim como canalizar alguns investimentos para as respostas às necessidades que os torrienses sentiram durante este período.

-----Referiu que era muito fácil perderem o norte com tudo aquilo que se passava, mas a autarquia manteve o rumo e mesmo dando essas respostas com um programa municipal de apoio extraordinário no âmbito da COVID-19, soube manter o equilíbrio financeiro, e esses números estão no resultado líquido positivo de quase um milhão de euros, na execução da receita na ordem dos 50% normal de 6 meses - nos indicadores de solvabilidade quase nos 500%, o que é muito bom, no indicador da autonomia financeira que apresenta um valor de 83%, no indicador de liquidez geral de quase 400% e uma capacidade de endividamento na ordem dos 7 milhões de euros, que reflete muito aquilo que tem sido a atividade do Executivo Municipal em manter as contas do município equilibradas ao mesmo tempo que vai dando as respostas necessárias aos torrienses e não baixando a atividade que estava e está programada no programa e no orçamento apresentado para 2020.-----

-----Para responder a algumas das questões, tomou a palavra o *presidente da Câmara* que no que se refere à comparticipação à OesteCIM informou que no primeiro semestre estavam cerca de € 200.000,00 alocados aos passes e para além disso deu nota dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos a nível da autoridade de transportes com a tutela para a continuação da implementação do PART assim como para encontrar uma forma de compensação do Estado àqueles que foram os bons executores do programa, e o Oeste foi o melhor com uma execução de 140% e querem ser ressarcidos do diferencial no valor cerca de 2 milhões de euros.-----

----- Em relação à Promotorres, informou que as atividades têm que continuar, e independentemente de se terem realizado alguns dos eventos, os compromissos assumidos através da celebração dos respetivos contratos programa têm que ser liquidados, e no caso concreto, no âmbito da pandemia tiveram que reforçar a prestação de serviços na área de segurança de alguns espaços e daí advém o aumento do valor em causa. -----

-----Concluídas as intervenções Assembleia Municipal tomou conhecimento das Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 na sua atual redação. -----

3 - PROPOSTA N.º 54/CM/2020 - AUTORIZAR A REALOCAÇÃO DE VALORES - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE INTERVENÇÕES NA REDE VIÁRIA

MUNICIPAL ATÉ AO MONTANTE DE € 1.685.000,00:-----

-----Presente ofício número 5259, da Câmara Municipal de Torres Vedras, 19/10/2020 a dar conhecimento da informação n.º 32 da divisão financeira datada de 6/10/2020 com base na qual o executivo em 13/10/2020 deliberou por unanimidade a relocação dos valores constantes do empréstimo de médio/longo prazos para financiamento dos diversos investimentos referido na citada informação que faz parte integrante do processo, até ao montante de €1.685.000,00.-----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que fez uma breve explicação do que estava a ser solicitado ao órgão deliberativo, após terem ficado desertos os concursos para o Pontão em Fonte Grada e Ponte em A-dos-Cunhados, mas para a reabilitação da EM 563 Campelos/Cabeça Gorda ficou abaixo do valor base e realocaram esse montante para aumentar o valor das pontes, de acordo com a avaliação feita pelos serviços.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* assinalou que esta reafectação dos valores também traduz uma redução de 25% do valor que estava previsto para a requalificação dos diversos arruamentos, não compreendendo que, para fazer face à necessidade de aumentar as verbas nas pontes, isso se faça à conta de uma redução da requalificação da rede viária, muito aquém das necessidades reais.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2012 de 12/09 na sua atual redação, deliberou por unanimidade autorizar a relocação dos valores do empréstimo de médio prazo para financiamento de intervenções na rede viária municipal até ao montante de €1.685.000,00.-----

5 - PROPOSTA N.º 56/CM/2020 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2020 A COBRAR EM 2021, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO:-----

-----Presente ofício número 5251, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020, a propor, tendo presente a competência deste órgão nesta matéria, e de acordo com o deliberado por unanimidade pelo Executivo em 13/10/2020, que a taxa varável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2020 (a cobrar em 2021) que os municípios têm direito em vasa ano, venha a ser fixada em 5%.-----

-----O **presidente da Mesa** deu nota da metodologia a seguir, observando que fariam a discussão conjunta e votação em separado das taxas em discussão.-----

-----O **presidente da Câmara** fez um resumo da proposta referente às taxas em análise, aprovada pelo Executivo Municipal e que submete à aprovação da Assembleia Municipal: manter a percentagem da taxa variável no IRS, de 5%, manter o lançamento de uma derrama em 1,5%, bem como a sua isenção até á faturação €150.000,00, manter a taxa municipal dos direitos de

passagem em 0,20 e reduzir para 0,35% a taxa de IMI.-----

-----Deu nota ainda que no âmbito do Programa Municipal de apoio extraordinário no âmbito do COVID-19 estavam consignadas as taxas referentes ao IMI e derrama que cabia agora à Assembleia Municipal fixar para completar as 39 medidas do programa.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* salientou que o PSD tem proposto ano após ano a redução quer da taxa variável do IRS quer do IMI e este ano verificam que fazem uma proposta de redução do IMI, embora mantenha a do IRS, sendo um aspeto a realçar e nesse sentido, pese embora considerem que os portugueses pagam demasiado IRS globalmente a nível nacional e que também podia e devia sofrer alguma redução a nível municipal, querem principalmente relevar o IMI e vão votar a favor a proposta das taxas no seu conjunto.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* em nome do grupo municipal do CDS manifestou com algumas reservas, mas não com o agrado que desejaria, uma descida na taxa de IMI, contudo vê com bastante tristeza que Torres Vedras não se junta aos 137 municípios que este ano baixam a taxa de IRS, e lamentou que num ano tão difícil para os portugueses como vai ser 2021, Torres Vedras não dê também um sinal que se importa com os torrienses.-----

-----Igualmente acha curto o esforço da Câmara Municipal em relação à isenção da derrama até à faturação de 150 mil euros, pois deixa de fora as grandes empresas que existem no concelho onde poderia ser dado um sinal para que continuassem a querer investir mais.-----

-----Face ao exposto acha que esta proposta do IMI, Derrama e IRS fica muito aquém do que se poderia dar como sinal para 2021 e o CDS-PP sendo um partido de direita que acredita numa economia aberta não pode aceitar e vai votar contra a proposta destas três taxas.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* lembrou que todos os anos têm falado sobre estas taxas e tem sido continuamente defendido a necessidade de manter o equilíbrio a nível de impostos, dado a estratégia do PS em rapidamente encontrar soluções para a desigualdade existente nas escolas do concelho.-----

-----Desta vez e atendendo a uma situação particularmente grave que se está a viver, foi proposto uma redução do IMI, assinalando que para o grupo municipal do PS é mais importante reduzir o IMI do que o IRS, pois esta redução tem um significado muito grande para as famílias torrienses, já que é o imposto mais horizontal a toda a população e que valorizam esta decisão do Executivo Municipal e gostariam que, não sabendo como vai evoluir a pandemia, se mantivesse nos próximos anos.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar que paga IMI quem é proprietário de imóveis, paga IRS quem tem rendimentos do trabalho o que quer dizer que proprietários nem todos são, mas trabalhadores são a esmagadora maioria. Nesse considerando se houver que optar entre baixar o IMI e o IRS, o TnL é de opinião que deve ser reduzido o IRS. Uma opinião diametralmente

oposta àquela que democraticamente foi expressa pelo colega que o antecedeu. -----
-----Pugnou já por diversas vezes o abaixamento dos impostos ainda que numa pequena margem, no que diz respeito à taxa variável do IRS e também à taxa cobrada do IMI que tem sido em Torres Vedras a taxa máxima, sendo importante dar esse sinal para a fixação de jovens moradores no concelho e fixação de população, mas em todo o caso compreende que isto é um ano atípico, e que é extraordinariamente difícil para o Executivo Municipal gerir a baixa de cobrança de tributos com o aumento exponencial na despesa social para acudir à COVID-19. -----
-----Face ao exposto e porque entende ser um sinal positivo do Executivo, esperando que no futuro, as finanças do município possam evoluir para que também possa ser dado um mesmo sinal no que diz respeito ao IRS, a proposta vai merecer o seu voto favorável. -----
-----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Nuno Henriques* que saudou a Câmara Municipal por esta proposta de redução dos impostos, a mesma que o PSD já tinha feito. -----
-----Relativamente à intervenção do deputado municipal Jacinto Leandro alertou que há pessoas que não têm casa mas têm grandes rendimentos pelo que também seria importante baixar IRS, o mais breve possível, porque não se podem esquecer que vivem uma situação única, com o maior governo de sempre e também com a maior carga de impostos de sempre em Portugal. -----
-----Versando outro aspeto para além dos impostos, referiu a questão das portagens para as quais o governo anunciou uma redução de 25 % a partir de 1 de janeiro, pensando que a Câmara Municipal também podia contribuir para esta redução. -----
-----O *deputado municipal João Rodrigues* declarou que o BE pensa da mesma forma quanto ao IRS. -----
-----Terminadas todas as intervenções o *presidente da Câmara*, esclareceu que o valor máximo do IMI é 0,45%, está em 0,40% e vai para 0,35% portanto não estão no limite máximo e relativamente às palavras do deputado municipal Pedro Castelo, fez votos que o município de Torres Vedras esteja a par da redução do IMI a nível nacional, mas não podem estar em todas as frentes, aproveitando para dar nota que o impacto no orçamento municipal é 2 milhões de euros, e que no momento difícil que atravessam têm todos que ter a consciência deste apoio que estão a dar às famílias e empresas.-----
-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da lei 75/2013, de 12/09, deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 3 votos contra fixar a taxa varável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2020 (a cobrar em 2021) que os municípios têm direito em vasa ano em 5%.-----

-----Anota-se que votaram contra CDS e BE e encontrava-se ausente António Moreira. -----

6 - PROPOSTA N.º 57/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2021, SOBRE

O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS: -----

-----Presente ofício número 5254 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020 a informar que em sua reunião de 13/10/2020, deliberou, por unanimidade, propor o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como a isenção de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 37 votos a favor e 2 votos contra, o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como a isenção de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

-----Anota-se que votaram contra CDS e encontrava-se ausente António Moreira. -----

7 - PROPOSTA N.º 58/CM/2020 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2020 A COBRAR EM 2021: -----

-----Presente ofício número 5253 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020 a informar que em sua reunião de 13/10/2020 deliberou, por unanimidade, propor a fixação das taxas do IMI respeitantes ao ano de 2020 (a aplicar em 2021) conforme se indica: - Prédios urbanos – 0,35% e que nos termos do n.º 1 do artigo 112-A do Código do IMI, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que, compõem o respetivo agregado familiar, deliberando por unanimidade, propor a seguinte redução:1 dependente a cargo – € 20,00 - 2 dependentes a cargo – € 40,00 e 3 ou mais dependentes a cargo – € 70,00. -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, aprovou por maioria de 37 votos a favor e 2 votos contra, fixar a taxa de 0,35% para prédios urbanos e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º - A do Código do IMI, a redução da taxa atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar:1 dependente a cargo - € 20,00- 2 dependentes a cargo - € 40,00 e 3 dependentes a cargo - € 70,00. -----

-----Anota-se que votaram contra CDS e encontrava-se ausente António Moreira. -----

8 - PROPOSTA N.º 59/CM/2020 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2021, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:

-----Presente ofício número 5252 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020 a propor a

fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%, aplicar em 2021 conforme deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 13/10/2020.-----

-----Tendo presente a competência, prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções fixar taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município, em 0,20%.-----

-----Anota-se que se abstiveram CDS e encontrava-se ausente António Moreira.-----

ADITAMENTO:-----

1 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

1.1 - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DO POLO SOCIAL E CULTURAL – ESPAÇO EXPOSITIVO E DE TRABALHO – PARU.04 – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 5539, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28/10/2020 a informar que em sua reunião de 27/10/2020, deliberou aprovar o relatório do júri do concurso em título, e nessa sequência adjudicar a empreitada em título ao concorrente Marfir Construções, Lda., cuja proposta é a mais favorável pelo valor de € 316.025,32, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido do seguinte modo: 2020 – € 1.355,35 + IVA = € 1.436,67; 2021 - € 295.221,52 + IVA = € 312.934,81 e 2022 - € 19.448,45 + IVA = € 20.615,36 - Total - € 316.025,32 + IVA = € 334.986,84, remetendo o processo para efeitos da autorização da repartição de encargos.-----

-----A Assembleia Municipal para efeitos do disposto do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a repartição de encargos da seguinte forma: 2020 – € 1.355,35 + IVA = € 1.436,67 - 2021 - € 295.221,52 + IVA = € 312.934,81 - 2022 - € 19.448,45 + IVA = € 20.615,36 - Total - € 316.025,32 + IVA = € 334.986,84.-

1.2 - CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DE A-DOS-CUNHADOS:-----

-----Presente ofício número 5540, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/10/2020 a dar conhecimento que foi aprovada, a 25/03/2020, pelo presidente da Câmara, no seguimento da delegação de competências da Câmara Municipal deliberada em 17/10/2017, a alteração n.º 4 ao PPI, através da qual se prorrogou, para o ano económico de 2021, o projeto n.º 2016/15, ação 8, inscrito em PPI e denominado “Construção da Variante de A-dos-Cunhados” e que foram em termos contabilísticos, cumpridos todos os requisitos da legislação atualmente em vigor, no entanto, determina o n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação, que “a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico (...) não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida” pelo

órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados”, considerando-se com base neste artigo, que um projeto está incluído num PPI legalmente aprovado quando se encontra observado o seu horizonte temporal com verba suficiente para acomodar os encargos decorrentes do mesmo, em todos os anos da sua execução. Mais informa que é entendimento da DGAL, que “sempre que uma determinada modificação ao PPI implicar a prorrogação da despesa para além do ano económico a que respeita o orçamento, importa respeitar o disposto na legislação em vigor, no que concerne ao processo contabilístico, mas também o disposto no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, relativamente às competências dos órgãos nesta matéria” e neste sentido, e visto que não estavam contemplados valores para 2021 submetem a aprovação da repartição dos encargos, que se estimam em: -----

----- 2020 - €157.871,71e 2021- €737.657,5. -----

-----A Assembleia Municipal nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a repartição de encargos relativos à construção da Variante de A-dos-Cunhados que se estimam no valor de :2020 - €157.871,71 e 2021 - €737.657,51.-----

1.3 - EMPREITADA PARA CONSTRUÇÃO DA PONTE NA AV. MONSENHOR JOSÉ FIALHO EM A-DOS-CUNHADOS (SUBSTITUIÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ALCABRICHEL) – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 5542 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/10/2020 a dar conhecimento que 27/07/2020 lançou um procedimento por concurso público, para realização de uma empreitada por lotes, sendo que a empreitada em título constituía o lote 1 do procedimento com um preço base de € 450.000,00, contudo não foram apresentadas propostas para o lote 1, tendo sido rececionadas declarações acusando o preço base abaixo do valor de mercado e nesta sequência, em sua reunião de 27/10/2020, deliberou lançar um procedimento por concurso público para a realização da empreitada em título pelo preço base de €619.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se o início da empreitada para o início do ano de 2021. No entanto, o valor que resulta da alteração do preço base é superior ao previsto em PPI, pelo que será necessário que a repartição de encargos, agora indicada, seja sujeita à autorização pela Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação deliberou por unanimidade aprovar a repartição de encargos para 2021 no valor de € 619.500,00.-----

2 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO PARA FINS

PUBLICITÁRIOS E FIXAR AS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS – CONCURSO PÚBLICO –

-----Presente ofício número 5541 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28/10/2020 a dar conhecimento que na sequência das deliberações do órgão executivo de 12/11 e de 17/12/2019 e ainda da assembleia municipal de 04/12/2019 foi lançado o procedimento do concurso público identificado em título, o qual era composto por 3 lotes, sendo adjudicados os dois primeiros lotes e o terceiro lote ficou deserto. O terceiro lote era referente à concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários, com equipamentos de SUPIS e de Abrigos de Passageiros, na cidade de Torre Vedras e em todo o município, respetivamente. Mais informa que o Município tem necessidade de voltar a instalar no espaço público os equipamentos acima referidos, melhorando e ampliando o conjunto de mobiliário urbano de apoio ao serviço de transportes públicos e de divulgação de informação ao cidadão, sendo que, conforme procedimento anterior, pode diminuir o investimento público, contrabalançando com a possibilidade de lançar no mercado uma concessão que associe a divulgação de publicidade e a instalação dos equipamentos e mobiliário urbano de SUPIS e Abrigos de Passageiros, em regime de concessão, por 15 anos com possível prorrogação, cujo preço base é de €150.000,00 e uma vez que serão alteradas as condições do anterior concurso, nomeadamente o preço base de concurso e a quantidade de equipamentos, torna-se necessário que a Assembleia Municipal se volte a pronunciar sobre este procedimento, atenta a sua competência nesta matéria.-----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que sobre este processo de concurso expressou o desejo de que haja concorrentes. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* anunciou que o PSD nada tinha a opor ao lançamento deste concurso público, mas manifestou algum desagrado por o edil ter invocado que as freguesias não têm capacitação técnica para desempenhar as competências que são suas por direito, e assim acha que algo está muito errado na legislação, ou muito vai mal no município quando não se pensa numa forma de capacitar tecnicamente as freguesias e continuam a tratá-las de uma forma um pouco paternalista. Para além disso, sabem pelo autarca da Ponte do Rol que as juntas não foram chamadas a pronunciar-se sobre o concurso, quando supostamente devia estar em curso um projeto piloto para que em janeiro 2021 entrassem em pleno as competências.-

-----O **presidente da Câmara** fez notar que o Executivo que lidera muito se orgulha de ter uma estreita relação com todas as Juntas de Freguesia do concelho, em todas as vertentes pelo que essa narrativa não colhe. -----

-----Em resposta a estas palavras o *presidente de Junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa* assegurou que nunca disse que a relação com a autarquia era má, mas o edil disse que as juntas não tinham capacitação, o que não aceita. -----

-----Sobre a discussão em curso o *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que havia algum equívoco, pois pretende-se obter uma imagem uniforme para todo o concelho e que de facto as juntas de freguesia não têm capacitação para este tipo de concursos para os quais é necessário ter recursos humanos com capacitação financeira e técnica, cabendo à autarquia, que tem meios, resolver a questão.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* deu nota que no 1.º concurso o autarca do Maxial Celso de Carvalho avançou com a proposta do montante gerado ser alocado a um Fundo de Emergência Municipal e hoje tiveram a garantia de que €150.000,00 será para as juntas, mas estavam a falar de montantes díspares questionando se o edil poderá reconsiderar o aumento da verba.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que a intervenção do colega Jacinto Leandro lhe pareceu um pouco contraditória lembrando as datas e as condições para as várias competências da descentralização que foram sempre questionadas pelo PSD, mas o PS sempre manifestou que o concelho de Torres Vedras estava preparadíssimo para receber tudo.-----

-----O *Presidente da Câmara* relativamente à questão do aumento do montante, informou que o mesmo rapidamente seria diluído por todas as juntas, mas nesta fase o mais importante era haver concorrentes.-----

-----Não se registando mais intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por unanimidade autorizar a celebração de contrato de concessão, por 15 anos com possível prorrogação por períodos de 5 anos e com o preço base de €150.000,00 e demais condições estabelecidas no programa do procedimento e respetivo caderno de encargos.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 0:30 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente .-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
